

Em Análise

Ease of Doing Business 2009: Facilidade de fazer negócios em Portugal

Merícia Gouveia¹

O Banco Mundial divulgou recentemente o relatório Doing Business 2009, o sexto da série anual, cujo objectivo é proporcionar uma base objectiva para uma maior compreensão e melhoria do ambiente regulamentar aplicado aos negócios. Este relatório disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*), com base em dados que cobrem o período de Junho de 2007 a Junho de 2008². Ainda que a informação recolhida seja de 2008, o título refere-se a 2009, uma vez que pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor espera encontrar em 2009. Este índice é apresentado como um *ranking* que compara 181 economias, mais 3 do que no anterior. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas por regulamentações em vigor, a saber: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos e encerramento de empresas.

Como nesta edição do Índice “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações e foram adicionados 3 novos países, o *ranking* de 2008 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 181 economias analisadas. Em Anexo é apresentado maior detalhe sobre o conteúdo e a metodologia aplicada.

1. Principais resultados de Portugal

Como base comparativa de análise foram seleccionados 36 países, que correspondem aos países da OCDE e da UE²⁷³. O Quadro 1 apresenta para estes países os *rankings* do indicador agregado “Facilidade em Fazer Negócios” para 2009 e 2008, assim como os referentes a cada uma das 10 áreas para o ano de 2009.

No *ranking* global de 2009, as dez primeiras posições são idênticas às recalculadas para o ano anterior, com excepção da 9ª posição da Austrália, por troca com a Noruega. No âmbito da UE, os primeiros classificados são a Dinamarca (5ª posição), o Reino Unido (6ª posição) e a Irlanda (7ª posição). Portugal surge na 48ª e a Espanha posiciona-se logo abaixo em 49ª, descendo 3 posições. Portugal está também melhor classificado que o Luxemburgo (50ª), a Itália (65ª) e a Grécia (96ª).

O relatório refere que entre Junho de 2007 e Junho de 2008, no global dos 181 países, foram implementadas 239 reformas em 113 economias.

Na identificação das áreas que foram alvo de reformas positivas e negativas em 2007/2008, Portugal surge com menção positiva (*top reformer*)⁴ em três áreas: “Processo de Licenciamento”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”. De entre os países da OCDE, Portugal é 3º *ex aequo* com a Nova Zelândia em número de reformas positivas implementadas em 2007/2008. Refira-se que nem todos os países implementaram reformas nestas áreas, como é o caso da Espanha, da Irlanda e dos EUA.

¹ Assessora Principal da Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade da autora.

² Excepto para a área Fiscalidade, cujo período é Janeiro a Dezembro de 2007.

³ Não inclui Malta e Chipre, por não constarem do grupo dos 181 países analisados no relatório.

⁴ Economias que implementaram 3 ou mais reformas, tornando mais fácil fazer negócios. No Doing Business 2009 foram apuradas 33 economias *top reformers*, com um total de 239 reformas.

Da caixa 1 consta uma breve resenha comparativa entre **Portugal** e os países seleccionados, tendo por base os posicionamentos das dez áreas, por ordem decrescente.

No Quadro 1A (em Anexo) estão identificados todos os indicadores que constituem as dez áreas para Portugal, Espanha, Dinamarca (país da UE melhor classificado) e a OCDE, permitindo a comparação dos respectivos resultados e um melhor entendimento do conteúdo dos indicadores.

Quadro 1 - Índice Agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (Ease of Doing Business) e respectivas Áreas - Ranking 2009

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Cumprimento de contratos	Encerramento de empresas	Número de ordem em 181 países	
	2008 (*)	2009												
	Nova Zelândia	2											2	1
EUA	3	3	6	26	1	12	5	5	46	15	6	15		
Dinamarca	5	5	16	7	10	43	12	24	13	3	29	7		
Reino Unido	6	6	8	61	28	22	2	9	16	28	24	9		
Irlanda	7	7	5	30	38	82	12	5	6	18	39	6		
Canadá	8	8	2	29	18	32	28	5	28	44	58	4		
Austrália	10	9	3	57	8	33	5	53	48	45	20	14		
Noruega	9	10	33	66	99	8	43	18	18	7	7	3		
Islândia	11	11	17	28	62	15	28	70	32	34	3	16		
Japão	12	12	64	39	17	51	12	15	112	17	21	1		
Finlândia	13	14	18	43	129	21	28	53	97	4	5	5		
Suécia	14	17	30	17	114	10	68	53	42	6	55	18		
Bélgica	16	19	20	44	37	168	43	15	64	43	22	8		
Suíça	15	21	52	32	19	13	12	164	19	39	32	36		
Estónia	18	22	23	19	163	24	43	53	34	5	30	58		
Coreia do Sul	22	23	126	23	152	67	12	70	43	12	8	12		
Alemanha	20	25	102	15	142	52	12	88	80	11	9	33		
Holanda	27	26	51	94	98	23	43	104	30	13	34	10		
Austria	23	27	104	46	50	36	12	126	93	19	13	20		
Lituânia	28	28	74	63	131	4	43	88	57	26	16	34		
Letónia	26	29	35	78	103	77	12	53	36	25	4	86		
França	32	31	14	18	148	166	43	70	66	22	10	40		
Eslováquia	37	36	48	53	83	7	12	104	126	116	47	37		
Hungria	50	41	27	89	84	57	28	113	111	68	12	55		
Bulgária	44	45	81	117	60	59	5	38	94	102	86	75		
Roménia	47	47	26	88	143	114	12	38	146	40	31	85		
Portugal	43	48	34	128	164	79	109	38	73	33	34	21		
Espanha	45	49	140	51	160	46	43	88	84	52	54	19		
Luxemburgo	45	50	69	40	167	118	109	113	14	31	2	48		
Eslovénia	64	54	41	69	158	104	84	18	78	78	79	38		
México	42	56	115	33	141	88	59	38	149	87	79	23		
Turquia	60	59	43	131	138	34	68	53	68	59	27	118		
Itália	59	65	53	83	75	58	84	53	128	60	156	27		
República Checa	65	75	86	86	59	65	43	88	118	49	95	113		
Polónia	72	76	145	158	82	84	28	38	142	41	68	82		
Grécia	106	96	133	45	133	101	109	150	62	70	85	41		

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Nota: (*) - Valores recalculados para 2008

2. Desempenho de Portugal em áreas específicas

Em matéria de criação de um ambiente de negócios favorável às empresas e à competitividade, Portugal tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas e medidas de política que visam contribuir para melhorar as relações entre as empresas e o Estado, como é o caso do SIMPLEX. De facto, os dois últimos relatórios do *Doing Business* têm vindo a assinalar Portugal como top reformer com incidência de actuações em 6 das 10 áreas, a saber: criação e encerramento de empresas, processo de licenciamento, registo de propriedade, fiscalidade e cumprimento de contratos.

Caixa 1 – Desempenhos de Portugal por ordem decrescente

- ◆ **Encerramento de Empresas: 21º lugar** (20º no *ranking* 2008⁵). Os países da UE melhor posicionados são a Finlândia (5º lugar) e a Irlanda (6º lugar). A Dinamarca é 16ª enquanto a Espanha detém o 19º lugar, ligeiramente acima de Portugal, o que pode ser parcialmente explicado pelo comportamento do indicador “número de anos para completar o processo de falência”, que em Espanha é de 1 ano e em Portugal é de dois anos. Contudo, face às reformas empreendidas, Portugal é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, a par de 9 países⁶ da OCDE e da UE.
- ◆ **Procedimentos Alfandegários: 33º lugar** (32º no *ranking* 2008). Nas posições mais favoráveis destacam-se os países nórdicos, com a Dinamarca a ser a melhor da UE (3º lugar). A Espanha está na 52ª posição. De realçar o indicador “custos de exportação” que em Portugal é muito mais baixo que em Espanha e mesmo que na OCDE.
- ◆ **Criação de Empresas: 34º lugar** (40º no *ranking* 2008). Os países anglo-saxónicos lideram nesta área, cabendo à Irlanda a melhor posição da UE (5ª posição). A subida de 6 lugares por Portugal reflecte a evolução favorável dos quatro indicadores desta área, face ao período anterior.
- ◆ **Cumprimento de Contratos Comerciais: 34º lugar** (37º no *ranking* 2008). Portugal sobe 3 posições e é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, a par de 4 países da UE⁷.
- ◆ **Protecção dos Investidores: 38º lugar** (33º no *ranking* 2008). Os países anglo-saxónicos distinguem-se nesta área, com a Irlanda (5º lugar) e o Reino Unido (9º lugar) a registar, de longe, os melhores desempenhos da UE. Portugal não regista alteração nos indicadores que constituem esta área mas mantém níveis ligeiramente superiores aos da média da OCDE.
- ◆ **Fiscalidade: 73º lugar** (70º no *ranking* 2008). De distinguir a 6ª posição da Irlanda, a melhor dos países da UE, seguida da Dinamarca (13ª). Face à média da OCDE, Portugal distancia-se no indicador que se refere ao “número de horas a despende” por ano por uma PME no pagamento dos seus impostos.
- ◆ **Registo de Propriedade: 79º lugar** (71º no *ranking* 2008). Nesta área sobressaem a Lituânia (4º lugar) e a Eslováquia (7º lugar) como os países da UE com melhor desempenho. A Espanha, com a 46ª posição, situou-se acima de Portugal, diferindo substancialmente no indicador “número de dias” para efectuar um registo (42 dias em Portugal contra 18 em Espanha).
- ◆ **Obtenção de Crédito: 109º lugar** (102º no *ranking* 2008). Nesta área, há que distinguir as melhores posições pertencentes aos países anglo-saxónicos com o Reino Unido e a Bulgária como os países da UE melhor colocados. Portugal surge numa posição de debilidade nos indicadores que constituem esta área, com a Espanha a situar-se muito acima (43ª posição).
- ◆ **Processo de Licenciamento: 128º lugar** (115º no *ranking* 2008). Dos países da UE, a Dinamarca distingue-se pela sua boa *performance* (7º lugar). A Espanha ocupa o 51º lugar do *ranking*, muito acima de Portugal, situação que se deve aos altos valores dos indicadores “número de procedimentos” e “duração (dias)” necessários para a construção de um armazém normalizado. Contudo, Portugal tem vindo a reformar nestas matérias pelo que é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, único distinguido de entre os países da OCDE e da UE.
- ◆ **Contratações e Despedimentos: 164º lugar** (igual ao *ranking* 2008). A Dinamarca é o país da UE melhor classificado (10º lugar). Esta é a área em que Portugal tem pior classificação, destacando-se o indicador “custos de despedimento (semanas de ordenado)” como o que mais se distancia da média da OCDE. A Espanha posiciona-se em 160º lugar, ligeiramente acima de Portugal. Comparando as duas economias, Portugal tem uma regulamentação menos rígida nas contratações e mais rígida no despedimento, enquanto que em Espanha sucede o contrário.

⁵ Trata-se do posicionamento resultante do ajustamento efectuado à metodologia que foi aplicada a 181 países no *Doing Business* 2009.

⁶ Bulgária, República Checa, Finlândia, Alemanha, Grécia, Letónia, México, Nova Zelândia e Polónia.

⁷ Áustria, Bélgica, Bulgária e Roménia

Os desempenhos evolutivos de Portugal nalgumas áreas têm sido muito significativos, sendo de destacar as medidas de simplificação administrativa e legislativa em matéria de constituição de sociedades através da “Empresa na Hora” e “Empresa on-line” e de dissolução e liquidação na hora de sociedades comerciais. No Quadro 2 está patente o resultado das medidas que têm sido tomadas na área da criação de empresas.

Quadro 2 - Constituição de uma sociedade em Portugal

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Procedimentos (nº)	11	11	11	8	7	6
Dias (nº)	78	78	54	8	7	6
Custos em % do Rendimento Interno Bruto per capita	12	13,5	13,4	4,3	3,4	2,9

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2004 a 2009

Em matéria de encerramento de empresas, área em que Portugal detém a sua melhor posição relativa e é classificado como *top reformer* em 2007/2008, os três indicadores mantêm-se estáveis no período 2003-2008 (Quadro 3), com exceção da taxa de recuperação que sofreu uma descida em 2008.

Quadro 3 – Encerramento/falência de empresas em Portugal

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Anos (nº)	2	2	2	2	2	2
Custos em % da propriedade	9	9	9	9	9	9
Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	73,2	73,2	74,7	75,0	74,0	69,4

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

No processo de licenciamento, área em que Portugal foi classificado como *top reformer* em 2007/2008, os dados ainda não captam o novo quadro legislativo, que foi publicado em 2008 mas só entrará em vigor em 2009. No Quadro 4 assinala-se uma descida gradual nos custos, entre 2005 e 2008, mantendo-se os outros indicadores sem alterações significativas.

Quadro 4 – Processo de Licenciamento em Portugal

Indicadores	2005	2006	2007	2008
Procedimentos (nº)	20	20	20	21
Dias (nº)	327	327	327	328
Custos em % do valor Rendimento Interno Bruto per capita	61,8	60,3	54,0	53,5

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2006 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

O Quadro 5 espelha na área de registo de propriedade o decréscimo significativo no número de dias necessário para registar uma propriedade, que passou para cerca de metade a partir de 2007.

Quadro 5 – Registo de propriedade em Portugal

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008
Procedimentos (nº)	5	5	5	5	5
Dias (nº)	83	83	81	42	42
Custos em % do valor da propriedade	7,4	7,5	7,4	7,4	7,4

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

Na obtenção de crédito (Quadro 6), Portugal está melhor cotado no índice que mede a disponibilidade de informação de crédito do que no da adequação da legislação de acesso ao crédito.

Quadro 6 – Obtenção de crédito em Portugal

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de direitos legais (1)	3	3	3	3	3
Índice de informação de crédito (2)	4	4	4	4	4
- Cobertura de crédito por registos públicos (% da população adulta)	63,7	64,3	72	67,1	76,4
- Cobertura de crédito por agências privadas (% da população adulta)	7,9	9,8	9,1	11,3	11,3

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Notas: Dados reportados a Junho de cada ano. (1) - Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito; (2) - Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação sobre crédito.

Em termos de contratações e despedimentos (Quadro 7), os indicadores de Portugal mantêm-se inalteráveis desde 2004. A regulamentação do trabalho é uma das matérias geralmente apontada em relatórios internacionais, nomeadamente no *Global Competitiveness Report*, do *World Economic Forum* e no *World Competitiveness Yearbook*, do Institute for Management Development como constituindo uma desvantagem/fraqueza competitiva para Portugal. O Relatório Doing Business 2008 ainda não contempla a actual revisão do Código de Trabalho.

Quadro 7 – Contratações e despedimentos em Portugal

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de rigidez de emprego (1) (Corresponde a uma média dos três índices):	53	48	48	48	48	48
- Índice de dificuldade de contratação	50	33	33	33	33	33
- Índice de rigidez de horas	60	60	60	60	60	60
- Índice de dificuldade de despedimento	50	50	50	50	50	50
Custos de despedimento (semanas de ordenados)	95	95	95	95	95	95

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2004 a 2009

Notas: Dados reportados a Junho de cada ano. (1) - Varia de 0 a 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações.

Anexo - Metodologia

Cada uma das áreas do Índice *Doing Business*, identificadas no Quadro A, é composta por indicadores que se debruçam sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade. Estes indicadores são baseados em informação factual relativa às leis e regulamentos em

vigor e estão especialmente focados nas pequenas e médias empresas nacionais. Pretendem, no seu conjunto, reflectir as 10 fases de vida de uma empresa.

Quadro A - Áreas e conteúdo do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” 2009

Áreas	Conteúdo
Criação de empresas	Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada.
Processo de licenciamento	Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado.
Contratações e despedimentos	Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores assim como os custos de contratação e de despedimento.
Registo de propriedade	Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades.
Obtenção de crédito	Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito.
Protecção dos investidores	Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa.
Fiscalidade	Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos.
Procedimentos alfandegários	Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens.
Cumprimento de contratos comerciais	Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos.
Encerramento de empresas / falências	Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas.

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos fornecidas por mais de 6700 parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais, Ministério da Justiça, UCMA e Direcção-Geral de Registos e Notariado.

O cálculo do índice agregado passa por duas fases de tratamento dos dados relativos às 10 áreas a aos 181 países. A primeira corresponde ao cálculo da média simples dos *rankings* em percentil das áreas para cada país em análise, e a segunda trata da ordenação de todas as economias tendo por base os resultados da primeira fase.

O relatório defende que a metodologia do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” resulta bem dada a sua simplicidade e ajusta-se facilmente relativamente às metas económicas específicas, mas admite também que ainda apresenta deficiências na cobertura de algumas áreas importantes. As alterações de metodologia introduzidas em 2008 centraram-se na área da obtenção de crédito do índice “Facilidade em Fazer Negócios” e visaram uma melhor adequação do conteúdo dos indicadores em análise.

Contudo, o relatório refere ainda como limitação o facto de o índice não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Como nesta edição do *ranking* “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações e foram adicionados 3 novos países, o *ranking* de 2008 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 181 economias analisadas. Deste modo, a análise que segue tem subjacente estas alterações.

Quadro 1A (continua) – Áreas e indicadores do agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (Ease of Doing Business) – 2009

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		Dinamarca		OCDE
		Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	
Indicador Agregado "Facilidade em Fazer Negócios"			48 (43)		49 (46)		5 (5)	
Criação de empresas	Número de procedimentos	6		10		4		5,8
	Número de dias	6	34	47	140	6	16	13,4
	Custos (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	2,9	(40)	14,9	(123)	0,0	(16)	4,9
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i>)	34,3		13,1		40,1		19,7
Processo de licenciamento	Número de procedimentos	21		11		6		15,4
	Número de dias	328	128 (115)	233	51 (49)	69	7 (7)	161,5
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i>)	53,5		62,3		60,9		56,7
Contratações e despedimentos	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	48		56		10		31,4
	- Índice de dificuldade de contratação		164		160		10	
	- Índice de rigidez de horas	33	(164)	78	(159)	0	(10)	25,7
	- Índice de dificuldade de despedimento	60		60		20		42,2
	Custos de despedimento (semanas de ordenados)	50		30		10		26,3
		95		56		0		31,4
Registo de propriedade	Número de procedimentos	5		4		6		4,7
	Número de dias	42	79 (71)	18	46 (44)	42	43 (40)	30,3
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4		7,2		0,6		4,5

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		Dinamarca		OCDE
		Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	
Obtenção de crédito	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito)	3		6		9		6,8
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação sobre crédito)	4	109	5	43	4	12	4,8
	- Cobertura de crédito por registos públicos (% da população adulta)	76,4	(102)	45,8	(40)	0,0	(13)	8,4
	- Cobertura de crédito por agências privadas (% da população adulta)	11,3		8,1		5,0		58,4
Protecção dos investidores	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6		5		6,3		5,8
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	6	38	6	88	7	24	5,9
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	5	(33)	4	(84)	5	(19)	5,0
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	7		5		7		6,6
Fiscalidade	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:							
	Número de pagamentos a efectuar	8		8		9		13,4
	Número de horas a dispender	328		234		135		210,5
	Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	14,1	73	22,2	84	23,5	13	17,5
	Impostos laborais e contribuições (%)	26,8	(70)	37,2	(97)	0,7	(16)	24,4
	Outros impostos (%)	2,7		0,8		5,7		3,4
Taxa total de imposto (% do lucro)	43,6		60,2		29,9		45,3	
Procedimentos alfandegários	Número de documentos para exportação	6		6		4		4,5
	Número de dias para exportação	16		9		5		10,7
	Custos de exportação (US\$ por contentor)	685	33	1 121	52	681	3	1069,1
	Número de documentos para importação	7	(32)	8	(50)	3	(2)	5,1
	Número de dias para importação	16		10		5		11,4
	Custos para importação (US\$ por contentor)	999		1 121		681		1132,7
Cumprimento de contratos comerciais	Número de procedimentos	34		39		34		30,8
	Número de dias	577	34	515	54	380	29	426,7
	Custos (% da dívida)	14,2	(37)	17,2	(53)	23,3	(29)	18,9
Encerramento de empresas / falências	Número de anos para completar o processo de falência	2,0		1,0		1,1		1,7
	Custos (% da propriedade)	9	21	15,0	19	4	7	8,4
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	69,4	(20)	73,2	(17)	86,5	(7)	68,6

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Nota: () - Valores recalculados para 2008